

CONCURSO PÚBLICO



DATA: 15/03/2008
SÁBADO - TARDE

ATENÇÃO	GABARITO
VERIFIQUE SE O SEU GABARITO CONFERE COM O CARTÃO DE RESPOSTAS	X

CARGO: S26 - Contador

ATENÇÃO

O **Caderno de Questões** contém 50 questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 opções (A, B, C, D e E), e um tema de redação.

1. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** e na **Folha de Redação** seu nome, número de inscrição, data de nascimento e cargo. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
2. A prova objetiva terá duração de 4 horas, incluídos neste tempo o preenchimento do **Cartão de Respostas** e da **Folha de Redação**.
3. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão de Respostas** e da **Folha de Redação**, por erro do candidato.
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
 - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
 - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
 - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas, com falta de nitidez, com mais de uma opção assinalada e as emendadas, rasuradas ou com marcação incorreta.
5. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida solicite a presença do coordenador local.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 60 minutos contados do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
7. Você só poderá levar o próprio **Caderno de Questões** faltando uma hora para o término do horário da prova, conforme Edital do Concurso.
8. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões**.
9. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
10. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Redação**.
11. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Redação**. Não esqueça seus pertences.
12. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será disponibilizado no site www.concursofec.uff.br, na data estabelecida no Cronograma Previsto.

BOA PROVA

Caderno de Questões

Realização:



LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

Triste Fim de Policarpo Quaresma

Lima Barreto

(...) Policarpo era patriota. Desde moço, aí pelos vinte anos, o amor da Pátria tomou-o todo inteiro. Não fora o amor comum, palrador e vazio; fora um sentimento sério, grave e absorvente. Nada de ambições políticas ou administrativas; o que Quaresma pensou, ou melhor: o que o patriotismo o fez pensar, foi num conhecimento inteiro do Brasil, levando-o a meditações sobre os seus recursos, para depois então apontar os remédios, as medidas progressivas, com pleno conhecimento de causa.

Não se sabia bem onde nascera, mas não fora decerto em São Paulo, nem no Rio Grande do Sul, nem no Pará. Errava quem quisesse encontrar nele qualquer regionalismo; Quaresma era antes de tudo brasileiro. Não tinha predileção por esta ou aquela parte de seu país, tanto assim que aquilo que o fazia vibrar de paixão não eram só os pampas do Sul com o seu gado, não era o café de São Paulo, não eram o ouro e os diamantes de Minas, não era a beleza da Guanabara, não era a altura da Paulo Afonso, não era o estro de Gonçalves Dias ou o ímpeto de Andrade Neves – era tudo isso junto, fundido, reunido, sob a bandeira estrelada do Cruzeiro.

Logo aos dezoito anos quis fazer-se militar; mas a junta de saúde julgou-o incapaz. Desgostou-se, sofreu, mas não maldisse a Pátria. O ministério era liberal, ele se fez conservador e continuou mais do que nunca a amar a “terra que o viu nascer”. Impossibilitado de evoluir-se sob os dourados do Exército, procurou a administração e dos seus ramos escolheu o militar.

Era onde estava bem. No meio de soldados, de canhões, de veteranos, de papelada inçada de quilos de pólvora, de nomes de fuzis e termos técnicos de artilharia, aspirava diariamente aquele hálito de guerra, de bravura, de vitória, de triunfo, que é bem o hálito da Pátria.

(LIMA BARRETO, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. 11ª Ed. São Paulo, Ática, 1993).

1. De acordo com o trecho lido, podemos apontar como um traço marcante na personalidade de Quaresma:

- A) O descaso por tudo que se referisse ao seu País.
- B) A ausência de qualquer tendência ao regionalismo, porque ele se apegava à pátria como um todo, o que demonstra ser o personagem um ufanista.
- C) O fato de ser um homem moderado em sua maneira de amar o Brasil.
- D) Algumas restrições à política que conduzia o País.
- E) Nenhuma exaltação à pátria em que vivia.

2. A palavra sublinhada em: “Policarpo era patriota.” (1º§) tem a mesma função sintática que a oração abaixo em destaque:

- A) É conveniente que saibas a verdade.
- B) Solicitou que todos saíssem.
- C) Necessitávamos de que nos emprestassem o material.
- D) Tínhamos terror de que perdesse o emprego.
- E) Nosso desejo será que triunfes na vida.

3. No trecho: “Não fora o amor comum...” (1º§), a concordância verbal está correta e o item a seguir no qual NÃO observamos tal correção é:

- A) Amaioria dos alunos concordou com a decisão.
- B) Sairá cedo meu vizinho e teu pai.
- C) Ouviram-se belas melodias.
- D) Tratavam-se de questões importantes.
- E) Mais de um efetuará um empreendimento.

4. Em: “...fora um sentimento sério, grave e absorvente.” (1º§), a concordância nominal está de acordo com as normas gramaticais vigentes e a alternativa abaixo que INFRINGIU tais normas é:

- A) Estavam destruídos a chácara, a ilha e o galpão.
- B) Leu um e outro comentário.
- C) Comprou cinto e carteira vermelhas.
- D) Foi marcada a hora e o dia da prova.
- E) É necessário cautela.

5. Na passagem: “...levando-o a meditações sobre os seus recursos...” (1º§), a regência verbal está perfeita e a opção a seguir da qual NÃO podemos fazer a mesma afirmação é:

- A) Informou ao diretor os acontecimentos da semana.
- B) Revi-lhe ontem no baile.
- C) Cumprimentamo-lo com emoção.
- D) Aquele autor coexistiu com meu pai.
- E) Disfarçou-se o mendigo em outra pessoa.

6. No trecho: “Não tinha predileção por esta ou aquela parte...” (2º§), a regência nominal se apresenta correta e o item abaixo no qual NÃO se observa a mesma correção é:

- A) Permanecia alheio com toda a situação.
- B) O livro foi adequado ao aluno.
- C) Era sempre afável para com todos.
- D) Estou ansioso por abraçar-te.
- E) Aquela questão não foi compreensível a todos.

7. Em: “Desde moço, aí pelos vinte anos...” (1º§), a pontuação obedece às regras gramaticais em vigor, mas a alternativa a seguir em que tal correção NÃO se verifica é:

- A) Crianças, saiam daí!
- B) Ele sai agora; eu, logo mais.
- C) Terminada a aula, retiraram-se.
- D) As autoridades presentes ao evento, assinaram o acordo.
- E) Não façam barulho, porque todos estão trabalhando.

8. A opção abaixo que apresenta o acento indicativo da crase MAL colocado é:

- A) Referiu-se àqueles incidentes.
- B) Suas propostas eram idênticas às dos outros políticos.
- C) Não é esta a consagração à qual aspiro.
- D) Dirigiu-se à fazenda do tio e depois à do avô.
- E) Vivía à expensas da família.

9. O item a seguir em que se encontra, pelo menos, um ERRO de ortografia é:

- A) abscesso / obsequioso;
- B) haurir / hermetismo;
- C) sargeta / agiota;
- D) inadmissível / adquirente;
- E) afrouxar / achincalhar.

10. A alternativa abaixo que NÃO apresenta sujeito é:

- A) Aplaudiram de pé o espetáculo.
- B) Come-se bem naquele restaurante.
- C) Choveram pétalas de rosa sobre os participantes.
- D) Comentou-se o triste incidente.
- E) Fez bastante calor naquela região.

11. A opção a seguir que contém o mesmo tipo de predicado que o da oração: "...mas não maldisse a Pátria." (3º§) é:

- A) Permaneciam satisfeitos pais e mestres.
- B) O avião aterrissou atrasado.
- C) Os atletas estão cansados ultimamente.
- D) Meus alunos leram belas poesias.
- E) Todos consideraram falsa a sua opinião.

12. O processo de formação das palavras: "catarata", "anoitecer", "pesca", "foto" e "tique-taque", respectivamente, é:

- A) derivação sufixal, derivação parassintética, formação regressiva, abreviação, justaposição;
- B) derivação prefixal, derivação parassintética, formação regressiva, abreviação, reduplicação;
- C) derivação prefixal, derivação parassintética, formação regressiva, abreviação, justaposição;
- D) derivação sufixal, derivação prefixal e sufixal, hibridismo, abreviação, reduplicação;
- E) derivação prefixal e sufixal, hibridismo, derivação parassintética, abreviação, reduplicação.

13. Em: "...tanto assim que aquilo que o fazia vibrar..." (2º§), a colocação do pronome átono está perfeita e o item abaixo em que NÃO se observa tal correção é:

- A) Nunca ajudaram-me em nada.
- B) Ia vigiá-lo durante a passeata.
- C) Contar-lhe-ei meus dissabores.
- D) Agora se negam a depor.
- E) Disso me culpavam ontem.

14. A alternativa que apresenta a forma verbal INDEVIDAMENTE conjugada é:

- A) Eu requeiro todos os documentos.
- B) Que se nomeie o melhor!
- C) Premie apenas os bons.
- D) Anseio por notícias suas.
- E) Ele não remedeia nada.

15. Comparando-se a palavra grifada em: O prédio está na **iminência** de desabar, com a em destaque em: É uma pessoa de **eminência** naquela cidade, podemos afirmar que, semanticamente, elas são:

- A) sinônimas;
- B) parônimas;
- C) antônimas;
- D) homônimas;
- E) metáforas.

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

16. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se:

- A) somente aos brasileiros a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade;
- B) aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade;
- C) o direito a uma vida digna e humana para todos os residentes no País;
- D) aos brasileiros residentes no País e aos estrangeiros que aqui se encontrarem a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade;
- E) a todos os cidadãos residentes no País a inviolabilidade da vida privada e aos brasileiros o direito à segurança e à propriedade.

17. Em se tratando de administração pública direta e indireta de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a mesma deverá obedecer aos princípios de:

- A) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- B) eficácia, legalidade, moralidade, agilidade e impessoalidade;
- C) publicidade, eficiência, moralidade, legalidade e eficácia;
- D) impessoalidade, publicidade, eficiência e moralidade;
- E) exclusivamente legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

18. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada:

- A) Com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- B) Exclusivamente com recursos financeiros do Poder Público, cabendo à sociedade a fiscalização da prestação do serviço.
- C) Em conjunto com a sociedade civil, visando o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.
- D) Através de programas governamentais federais, estaduais ou municipais para o melhor desenvolvimento do cidadão e do País.
- E) Buscando o preparo do cidadão para o exercício da vida civil e para o trabalho

19. Dentre as modalidades de licitação, aquela realizada entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderam a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas é:

- A) concorrência;
- B) tomada de preço;
- C) convite;
- D) concurso;
- E) leilão.

20. Para a fase preparatória do pregão, nos autos do procedimento deverão constar os elementos técnicos indispensáveis sobre os quais estiverem apoiados, bem como:

- A) o orçamento elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação dos bens ou serviços a serem licitados;
- B) a fase interna do pregão com a convocação dos interessados;
- C) a manifestação motivada do licitante;
- D) convocação para apresentação da proposta detalhada;
- E) a convocação dos licitantes para o atingimento da totalidade do quantitativo.

21. Segundo o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, o funcionário ocupante do cargo efetivo ou em disponibilidade, nomeado para cargo em comissão, perderá, durante o exercício desse cargo:

- A) o direito de receber a remuneração inerente àquele cargo;
- B) o vencimento ou remuneração do cargo efetivo, salvo se optar pelo mesmo;
- C) o direito de concorrer à nova vaga para cargo em comissão;
- D) o cargo efetivo;
- E) a vaga do cargo em comissão, caso opte por perceber apenas a remuneração do cargo efetivo.

22. O modo pelo qual o funcionário público é provido no cargo, decorrente de decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento do vencimento, direitos e vantagens inerentes ao cargo, é denominado (a):

- A) transferência;
- B) nomeação;
- C) readaptação;
- D) reintegração;
- E) reversão.

23. O funcionário que apropriar-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel público ou particular de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio, comete crime de:

- A) peculato;
- B) excesso de exação;
- C) concussão;
- D) corrupção passiva;
- E) condescendência criminosa.

24. Quando o funcionário público exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ele estará cometendo crime de:

- A) estelionato;
- B) peculato;
- C) corrupção;
- D) concussão;
- E) prevaricação.

25. O funcionário público que entra no exercício da função pública antes de satisfeitas as exigências legais, ou continuar a exercê-la sem autorização, mesmo depois de saber oficialmente que foi exonerado, removido, substituído ou suspenso, estará sujeito ao crime de:

- A) exercício ilegal da função;
- B) violação do Estatuto dos Funcionários Públicos de Niterói;
- C) exercício funcional ilegalmente antecipado e prolongado;
- D) transgressão do Código de Normas Municipal;
- E) ocupação de cargo inexistente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. As informações geradas pela Contabilidade devem propiciar aos seus usuários base segura às suas decisões, pela compreensão do estado em que se encontra a Entidade, seu desempenho, sua evolução, riscos e oportunidades que oferece. Dentre os atributos que revestem essa informação, aquele que presume que o usuário dispõe de conhecimentos de Contabilidade e dos negócios e atividades da Entidade, em nível que o habilite ao entendimento das informações colocadas à sua disposição, desde que se proponha analisá-las, pelo tempo e com a profundidade necessários, é denominado:

- A) confiabilidade;
- B) compreensibilidade;
- C) tempestividade;
- D) comparabilidade;
- E) competência.

27. De acordo com as normas técnicas de contabilidade para as formalidades da escrituração contábil, é correto afirmar que:

- A) o "Diário" e o "Razão" constituem os registros permanentes da Entidade;
- B) a escrituração pode ser executada em moeda corrente nacional ou em dólar;
- C) a escrituração contábil e a emissão de relatórios, análises, mapas demonstrativos e demonstrações contábeis são de atribuição e responsabilidade do administrador e de contabilista legalmente habilitado;
- D) os registros auxiliares, quando adotados, são particulares de cada Entidade e não precisam obedecer aos preceitos gerais da escrituração contábil;
- E) é admitida a escrituração resumida ou sintética do "Diário", com valores totais que não excedam a operações de um exercício.

28. Quando a documentação contábil encontra-se revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes", diz-se que é:

- A) hábil;
- B) confiável;
- C) fundamentada;
- D) específica;
- E) compreensível.

29. Retificação de lançamento é o processo técnico de correção de um registro realizado com erro, na escrituração contábil das Entidades. O lançamento de retificação que promove a regularização de conta indevidamente debitada ou creditada, através da transposição do valor para a conta adequada, é denominado:

- A) lançamento de ajuste;
- B) lançamento complementar;
- C) estorno;
- D) lançamento suplementar;
- E) lançamento de transferência.

30. O auditor, que tenha tido relação de trabalho como empregado da empresa auditada, pode executar trabalho de auditoria independente, no período a que se refere à auditoria, em relação à mesma empresa, desde que o vínculo tenha cessado a mais de:

- A) 6 meses;
- B) 12 meses;
- C) 18 meses;
- D) 24 meses;
- E) 36 meses.

31. O auditor, para fins de fiscalização do exercício profissional, deve conservar à boa guarda, toda a documentação, papéis de trabalho, relatórios e pareceres relacionados com os serviços realizados, pelo prazo de:

- A) 2 anos, a partir da data da emissão de seu parecer;
- B) 5 anos, a partir da data da emissão de seu parecer;
- C) 2 anos, a partir da data do início do exercício da auditoria;
- D) 5 anos, a partir da data do início do exercício da auditoria;
- E) 2 anos, a partir da data do início da auditoria.

32. A avaliação do Ativo Diferido, de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, será feita pelo valor do capital aplicado, deduzido do saldo das contas que registrem sua amortização. Para esses efeitos, deve-se entender como capital aplicado o:

- A) capital social integralizado;
- B) valor dos gastos realizados;
- C) patrimônio líquido, excluído as reservas;
- D) saldo do ativo imobilizado;
- E) total de aquisições de bens.

33. A provisão para perdas em investimentos, normalmente, é constituída para investimentos registrados pelo Método de Custo. Entretanto, em alguns casos, a investidora pode optar por ter que assumir responsabilidade maior, com o intuito de salvaguardar a imagem favorável do grupo em relação a acionistas, reconhecendo tal ônus através do registro de tal provisão. São consideradas perdas efetivas, quando em virtude de:

- A) tendência de perecimento do investimento;
- B) elevado risco de paralisação de operações de coligadas e controladas;
- C) responsabilidade formal ou operacional para cobertura de passivo a descoberto;
- D) eventos que possam prever perda parcial ou total do valor contábil do investimento;
- E) cobertura de garantias, avais e fianças em favor de coligadas e controladas.

34. O demonstrativo contábil que tem como objetivo primário prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos, em dinheiro, de uma empresa, ocorridos durante um determinado período, é denominado:

- A) Razão Analítico;
- B) Demonstração do Resultado de Exercício;
- C) Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- D) Balancete de Verificação;
- E) Razão Sintético.

35. A melhor forma de se informar o lucro por ação de uma empresa é através:

- A) da demonstração de lucros ou prejuízos acumulados;
- B) do balanço patrimonial;
- C) das notas explicativas;
- D) do parecer de auditoria independente;
- E) da demonstração do resultado de exercício.

36. De acordo com a Lei nº 6.404/76, a companhia pode ter seus ativos avaliados e atualizados pelo valor de mercado:

- A) com a utilização do controle por média ponderada;
- B) através da Correção Monetária dos Ativos;
- C) desde que sofra tributação no mês em que ocorrer a avaliação;
- D) através da Reavaliação de Ativos;
- E) com a apropriação da diferença do valor em despesas não operacionais.

37. Na contabilidade pública, os créditos e valores realizáveis, independentemente de autorização orçamentária, são compreendidos no:

- A) Ativo Financeiro;
- B) Ativo Permanente;
- C) Passivo Financeiro;
- D) Passivo Permanente;
- E) Saldo Patrimonial.

38. De acordo com a Lei nº 4.320/64, é correto afirmar sobre as normas que regulamentam a avaliação dos elementos patrimoniais que:

- A) os débitos e créditos serão avaliados pelo seu valor de mercado;
- B) os bens de almoxarifado serão avaliados pelo valor de aquisição;
- C) não é possível reavaliar os bens móveis e imóveis;
- D) os bens móveis e imóveis, pelo valor de aquisição ou pelo custo de produção ou de construção;
- E) os títulos de renda serão avaliados pelo preço médio ponderado.

39. Ao despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga, dá-se o nome de:

- A) nota de empenho;
- B) ordem de depósito;
- C) nota de ajuste;
- D) ordem de pagamento;
- E) nota de débito.

40. Dentre os princípios orçamentários, àquele que estabelece que todas as receitas e despesas devem estar contidas numa só lei orçamentária, dá-se o nome de princípio:

- A) da unificação;
- B) da unidade;
- C) legal;
- D) da anualidade;
- E) da universalidade.

41. Quando a receita da administração pública é classificada em originária e derivada, trata-se de uma classificação quanto:

- A) à natureza;
- B) à coercitividade;
- C) ao poder de tributar;
- D) à afetação patrimonial;
- E) à regularidade.

42. Dos itens abaixo, aquele que pode ser classificado como uma das fases do empenho é:

- A) a fixação;
- B) a liquidação;
- C) o pagamento;
- D) a formalização;
- E) a sistematização.

43. A função executiva é desdobrada em administração direta, indireta e auxiliar. É exemplo de órgão de administração auxiliar:

- A) Tribunal de Contas do Estado;
- B) CRC;
- C) SENAI;
- D) ANP;
- E) Tribunal de Justiça.

44. É uma das principais características da Contabilidade Governamental:

- A) verificar todos os fatos administrativos e registrá-los segundo o princípio de competência;
- B) determinar o resultado do exercício;
- C) relevar custos e resultados mais de acordo com a função das despesas;
- D) controlar orçamento com metas estabelecidas;
- E) registrar as contas financeiras e patrimoniais em um só sistema.

45. Em todas as etapas do processo de julgamento de contas, pelo Tribunal, será assegurado ao responsável ou interessado ampla defesa. Dentre os recursos existentes, aquele que será apreciado por quem houver proferido a decisão recorrida, na forma estabelecida no regimento interno, e podendo ser formulado, por escrito, uma só vez, pelo responsável ou interessado, ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, é denominado:

- A) embargos de declaração;
- B) revisão;
- C) reconsideração;
- D) agravo de instrumento;
- E) embargos infringentes.

46. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas da União será exercida:

- A) pelo Congresso Nacional;
- B) pela Câmara dos Deputados;
- C) pelo Senado Federal;
- D) pela Advocacia Geral da União;
- E) pelo Superior Tribunal de Justiça.

47. Para os efeitos do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, à ação determinada pelo Tribunal ou por autoridade competente ao órgão central do controle interno, ou equivalente, para adotar providências, em caráter de urgência, nos casos previstos na legislação em vigor, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação pecuniária do dano, dá-se o nome de:

- A) tomada de contas especial;
- B) tomada de contas;
- C) declaração de contas;
- D) prestação de contas;
- E) prestação de contas especial.

48. Para o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, a ocorrência de desfalque é um dos motivos para que as contas apresentadas sejam julgadas:

- A) regulares;
- B) improcedentes;
- C) regulares com ressalvas;
- D) reprovadas;
- E) irregulares.

49. A despesa orçamentária empenhada, mas não paga até o último dia do ano financeiro, é apropriada ao exercício em contrapartida com a conta financeira:

- A) despesas não processadas;
- B) resíduos ativos;
- C) despesas processadas e não pagas;
- D) valores em contingência;
- E) restos a pagar.

50. A dívida que se restringe à área nacional, sendo seu resgate sempre programado a curto prazo e compreendida pela receita extra-orçamentária, débitos de tesouraria, entre outros, é denominada dívida:

- A) pública do Estado;
- B) passiva do Estado;
- C) consolidada;
- D) fundada;
- E) flutuante.

TEMA DA REDAÇÃO

Redija um texto dissertativo sobre este assunto, em cerca de 20 a 25 linhas, apresentando, com clareza, sua opinião e fundamentando-a com argumentos consistentes.

O fantasma do desemprego rondando a sociedade, contas a pagar, remédios, alimentação, bem como outros encargos financeiros dos quais não podemos nos eximir. O concurso público se oferece, então, como solução definitiva, para o emprego tão sonhado, garantido para toda a vida, a porta aberta, enfim, para a entrada no mercado de trabalho.

RA SCUNHO